



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS – IAB

INDICAÇÃO 015/2023

Ilmo. Sr. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Dr. Sydney Sanches

Ementa: Cobrança de juros de forma ilimitada, prática abusiva à luz do Código de Defesa do Consumidor como Direito Fundamental.

Palavras-chaves: Juros ilimitados. Cobrança abusiva. Ilegalidade. Vedação explícita do CODECOM.

A cobrança de juros em relações jurídicas de consumo, tem que ser norteadas pelos princípios reitores do CODECOM, direito fundamental, art. 5º, e pilar de nossa ordem econômica, art. 170, cabeçalho, portanto, não há respaldo jurídico para afirmar que, em decorrência de ser extirpado o art. 192, da CFRB, que limitava os juros a 12% ao ano, tenha permitido plena liberdade aos agentes financeiros de cobrarem juros sem limitação jurídica alguma, haja vista inexistir direito absoluto, e, ademais, a relação jurídica de consumo, ancorada na assimetria de seus contratantes, impõe não seja, o consumidor, colocado em situação extremamente desvantajosa, de forma a torná-lo insolvente, indo ao encontro, portanto, a lei a reger a matéria, dos objetivos fundamentais da república, do art. 3º da Constituição compromissória de 1988, com força normativa sobre todo o direito brasileiro.



Desta forma, é a presente indicação para apontar a ILEGALIDADE DE VALORES QUAISQUER EM RELAÇÃO AOS JUROS COBRADOS, tendo em vista que o contrato hodierno há de ser interpretado à luz dos princípios, tuitivos, contidos na Constituição promulgada em 1988, a impedir a atuação sem peias das instituições bancárias, no tocante a esta matéria, impondo ao julgador, não mais mero espectador do contratado entre as partes, mas, interventor na autonomia privada, de forma a adequar o contratado aos preceitos reitores em nosso ordenamento jurídico, com o escopo de evitar o super endividamento de grande parte da população brasileira.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023.

Alexandre Brandão Martins Ferreira
Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros